

LITERATURA: – PARA QUE NAÇÃO? PARA QUE SUJEITO? PARA QUE CIRCUITO AUTOR/LEITOR/ OBRA?

José Luís Jobim*

Universidade Estadual do Rio
de Janeiro
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Neste ensaio, vou tematizar brevemente três questões que julgo relevantes para a construção deste sentido: 1. a literatura como projeto nacional; 2. a literatura como subjetivismo, como expressão de um sujeito ao mesmo tempo autocentrado e historicamente determinado; 3. a literatura e o circuito autor/obra/leitor diante dos novos meios eletrônicos. Vejamos, então, a primeira questão.

Palavras-chave: literatura, projeto nacional, meios eletrônicos.

ABSTRACT: This work will focus on 3 aspects of literary scholarship: 1) literature as a national project; 2) literature as self-expression of a subject.

Keywords: literature, national project.

1

É certamente uma tautologia afirmar que professores de Literatura são pessoas interessadas em... Literatura. Contudo, a manutenção de seu objeto de interesse como centro de um campo profissional de atuação necessita, mais que nunca, de que estes profissionais se mobilizem para além da atenção exclusiva ao objeto literário, a fim de construírem um sentido sobre o lugar da Literatura no contexto em que nos inserimos.

Neste ensaio, vou tematizar brevemente três questões que julgo relevantes para a construção deste sentido: 1. a Literatura como projeto nacional; 2. a Literatura como subjetivismo, como expressão de um sujeito ao mesmo tempo autocentrado e historicamente determinado; 3. a Literatura e o circuito autor/obra/leitor diante dos novos meios eletrônicos. Vejamos, então, a primeira questão.

2

Em artigo, primeiramente publicado na *Luso Brazilian Review*, em 1995, o Professor Antonio Candido disse que, durante a formação nacional dos países da América Latina, quase tudo devia passar pela Literatura e que, por isso, ela foi “uma espécie de veículo que parecia dar legitimidade ao conhecimento da realidade local.”³³

* Presidente da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada.

33 CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? *Revista Remate de Males*, Departamento de Teoria Literária, IEL/UNICAMP, Campinas, 1999, p. 105- 113. p. 105.

Entre outras coisas, a estabilização de uma consciência de que índios, sertanejos, seringueiros, gaúchos, embora habitassem locais diferentes do nosso território, eram parte de um mesmo todo nacional, foi uma contribuição da literatura pós-colonial à coesão de nosso tecido social.

Ainda hoje, na construção de nossa identidade, há uma conexão entre nossa auto-imagem, entre nossa autocompreensão como “brasileiros” e o caldo de cultura dentro do qual ela se formou no oitocentos e se desenvolveu no século XX. Herdamos deste passado uma noção de autodeterminação coletiva³⁴, que nos leva tanto a nos vermos como membros de uma coletividade soberana e independente em relação a outras quanto a incorporarmos ao nosso imaginário uma certa solidariedade em relação a todos os outros membros da comunidade a que julgamos pertencer.

Se o Estado-nação brasileiro foi construído por muitas gerações de homens e mulheres, as opções feitas durante esta construção delimitam seu caráter único. Em outras palavras, este Estado-nação não é fruto do acaso, razão pela qual é importante levar em conta as raízes sociais e históricas que o conduziram a ter esta configuração e não outra, a ser assim e não de outro modo.

34 “O princípio da autodeterminação nacional nos diz que, onde o povo que habita um segmento contínuo de território forma uma comunidade nacional, este tem o direito de determinar seu próprio futuro, estabelecendo instituições políticas de autogoverno para controlar aquele território e vivendo de acordo com decisões tomadas naquelas instituições. Em outras palavras, o povo tem direito a uma forma de autonomia coletiva: sendo diferente em certos aspectos de comunidades vizinhas, tem o direito de viver de acordo com seus próprios valores particulares, e é uma séria forma de opressão se for forçado a atender aos ditames de algum poder estrangeiro” (MILLER, 2000, p. 162).

Embora, para muitos, a pesquisa histórica sobre os fundamentos do nacional possa parecer irrelevante ou fora de moda, é relevante lembrar que, mesmo no século XIX, a institucionalização do nacional não se deu instantaneamente. Nas universidades européias, cadeiras de língua e literatura nacional são relativamente recentes: a primeira cadeira verdadeiramente profissional de língua e literatura alemã foi criada na Universidade de Berlim em 1810 (GUMBRECHT & SCHNAPP, 1996).

Na França, o historiador nacionalista que foi responsável pelo estabelecimento da Sociedade para a História da França, François Guizot (1787-1874), reclamava que o próprio estudo da História não era sequer mencionado na lei que, durante o Consulado, em 1802, tinha restabelecido a educação secundária. O décimo artigo desta lei rezava que “nos liceus serão ensinadas as línguas clássicas, retórica, lógica, filosofia moral e os elementos de matemática e física.” (GUIZOT, 1860, p. 163)

No Brasil, o nacionalismo tornou-se parte mais ativa do ambiente educacional somente depois de ter sido tematizado como uma questão crucial por nossos escritores (e não apenas os ficcionistas). A obra recente de Roberto Acízelo de Souza, mapeando os cursos oferecidos no Colégio Pedro II, a mais prestigiosa instituição educacional do Brasil oitocentista, nos informa que só se começou a ensinar “literatura nacional” em 1877 e, mesmo assim, como um item secundário em um curso de “Literatura”, que incluía 26 tópicos referentes a outras literaturas, sete dos quais à literatura portuguesa, enquanto apenas três à literatura brasileira. (SOUZA, 1999).

Em contraste, a geração de escritores responsável por criar uma literatura nacional

começou seu trabalho décadas antes. Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar (1829-1877), entre outros, tiveram como uma de suas metas realçar a diferença entre a antiga metrópole e a nação emergente. Por isto, procuraram focalizar temas brasileiros (a natureza, os costumes, os índios etc.) e deram atenção às diferenças lingüísticas entre Portugal e Brasil, na escrita e no falar.

Antonio Candido nos lembra que, com o Romantismo, coincidem os movimentos de independência na América Latina, cronologicamente ligados à grande aventura iniciada na segunda metade do século XVIII, que redefiniu a posição do homem na natureza, através da técnica, questionou as relações em sociedade, abriu a era das utopias sociais modernas, quebrou a noção de modelos intangíveis e eternos e forneceu uma espécie de enquadramento ideológico ao sentimento nacionalista, desenvolvido, nas Américas, com os movimentos de independência³⁵, o que teria justificado politicamente a relevância atribuída àquele movimento literário e seus autores.

Embora, hoje, algo deste projeto nacionalista esteja ainda presente na obra de autores de destaque – é só lembrar o enorme sucesso obtido por **Viva o povo brasileiro**, de João Ubaldo Ribeiro –, não podemos dizer mais que se trata do principal pilar de sustentação da literatura contemporânea no Brasil, como foi no Romantismo e (com matizes novos em relação à contribuição romântica), também, no Modernismo.

Podemos, isto sim, dizer que, nos estudos literários, o nacional ainda permanece como categoria fundamental na demarcação de territórios para os “especialistas” na área de

Letras. É claro que se trata de uma categoria que apresenta grandes vantagens para o trabalho intelectual, já que permite delimitar com grande funcionalidade o âmbito de temas, autores, obras e culturas com que se vai trabalhar. Mas também apresenta problemas, na medida em que a produção literária não costuma preocupar-se com fronteiras. Se aceitarmos o nacional como categoria de classificação, hoje diremos que Gregório de Matos pertence à literatura brasileira, Gongora e Quevedo à espanhola, Emanuele Tesauro à italiana. No entanto, estas fronteiras não conseguem dar conta da obra daqueles autores, ao menos pelas seguintes razões: 1) existe uma intertextualidade entre as obras deles; 2) o adjetivo **brasileiro**, atribuído a Gregório de Matos – bem como **italiano**, atribuído a Tesauro – é anacrônico, pois certamente Gregório não se qualificaria como tal, num momento em que sequer havia Brasil como Estado-nação, nem Tesauro como italiano, num momento em que não existia a Itália como país soberano.

De todo modo, para o bem e para o mal, parece que parte da herança romântica, relacionada ao projeto nacional, mantém-se viva no próprio quadro de referências dos estudos literários. No entanto, hoje, talvez o que seja mais visível da herança romântica é o que se costuma chamar de *subjetivismo*.

3

Quando empregado para designar uma característica do Romantismo, *subjetivismo* significa que, naquele período literário, há um foco no indivíduo, visto como fonte de propósitos, sentimentos, ações e argumentos. Existe um

35 CANDIDO, op. Cit. P. 106-7.

destaque da condição de ser pensante do homem, de sua capacidade de elaborar projetos e sonhos pessoais (e de agir intencionalmente para que se tornem realidade). Valoriza-se sua aptidão para formular e compreender as razões de suas próprias ações, ter sentimentos em relação ao que está fazendo e às pessoas com quem convive, bem como para modificar o mundo através da ação individual.

Contra a imitação dos modelos greco-latinos, o romantismo brasileiro (em posição contrária à do Arcadismo) pregava a experiência pessoal da escrita. Isto determinou, entre outras conseqüências, o fim da separação rígida entre os gêneros literários e a criação de novas formas, como o romance. Enquanto no Arcadismo havia uma atitude de seguir as normas clássicas, no Romantismo não existia preocupação de pautar-se por nenhuma regra ou modelo anterior.

Como nos recordamos bem, na época romântica os gêneros literários foram muito questionados, havendo mesmo quem chegasse, pura e simplesmente, a rejeitar a idéia de gêneros, argumentando que cada obra de arte é singular, especial, única, e não se presta a tentativas de classificação. O que valeria mesmo seria a criação individual do “gênio”, daquele ser humano visto como especialmente dotado para produzir arte. Esta, por sua vez, não poderia nem deveria ser analisada ou criticada, já que a obra artística teria um valor próprio, que só poderia ser determinado por quem a produziu – isto é, o “gênio”, o artista.

Evidentemente, hoje, com a distância temporal que nos separa do século XIX, podemos ver claramente pelo menos duas coisas: 1) que o *subjetivismo* romântico derivava de uma noção de individualismo relacionada a um certo estágio do

Capitalismo, em que foi importante marcar a suposta singularidade absoluta do sujeito, visto como autônomo e livre; 2) que, no que se refere à produção textual, há um certo ar de família entre os textos oitocentistas, mesmo entre os que mais faziam questão de marcar seu *subjetivismo*, como era o caso, entre outros muitos exemplos, de Álvares de Azevedo.

Afinal, estes a quem chamamos ultraromânticos, como o próprio Álvares de Azevedo, não foram, antes, chamados de “byronistas”? Isto indica, pelo menos, que, na própria época em que escreviam, se percebia que os poemas não eram apenas produtos de um sujeito singular e autônomo, já que se via uma forte correlação entre o que os poetas brasileiros faziam e a obra de Byron, mesmo que, eventualmente, esta relação não fosse tão clara para os que produziam poesia na época.

Hoje, talvez possamos dizer que, na literatura em geral e na poesia em particular, há uma forte corrente *subjetivista*. No entanto, o sujeito que se constrói na sociedade em que vivemos é de uma natureza única, historicamente falando.

Se no chamado “neoliberalismo” as instâncias coletivas estão, há um bom tempo, em xeque – os agrupamentos políticos, os sindicatos, os Estados-nação, e, naturalmente, a cultura como memória supra-individual, como representação de formações sociais, como herança e história a ser transmitida às gerações que se seguem –, não admira que se esteja produzindo socialmente um novo tipo de sujeito. O Professor Dany-Robert Dufour chama a atenção para a singularidade histórica deste sujeito, nunca dantes produzido em outros contextos: para este filósofo francês, pois se trataria de um sujeito acrítico e psicotizante:

Isto é, um sujeito disponível para todas as conexões, um sujeito incerto, indefinidamente aberto aos fluxos de mercado e comunicacionais, em carência permanente de mercadorias para consumir. Um sujeito precário, em suma, cuja precariedade mesma é exposta à venda no Mercado, que pode aí encontrar novos escoadouros, tornando-se grande provedor de kits identitários e de imagens de identificação. (DUFOUR, 2005, p. 118)

Seria, conforme Dufour, o sujeito liberado do domínio das “grandes narrativas”, aquele “pós-moderno” de que fala Lyotard, ou seja, o sujeito liberado dos discursos organizadores de mundo, políticos, religiosos ou de outra ordem, o sujeito entregue a si mesmo, sem anterioridade nem finalidade, aberto apenas para o aqui e o agora, conectando bem ou mal as peças de sua pequena maquinaria desejante nos fluxos que a atravessam. (DUFOUR, 2005, p. 119)

Esse sujeito aparece na literatura contemporânea, não só nos personagens marginais, desterritorializados, sem valores, sem passado ou futuro. Ele é visível em muitas expressões de eus-líricos na poesia contemporânea. Veja-se, por exemplo, o que se elabora sobre a auto-referencialidade do eu-lírico, em livro recente de Moacir Amaral:

aqui
ocupante de mim
no lugar que tomo
me sendo
agora³⁶

Observe-se que não se trata apenas de uma questão de auto-referencialidade, até porque este voltar-se a si encontra um si inconsistente e volátil. Trata-se também de uma declaração de impotência deste pequeno eu, e de sua própria incompreensão de si e da medida das coisas que o cercam. Veja-se, por exemplo, o poema de Cláudia Pessoa, intitulado “A medida dos sentimentos”:

Não tenho tamanho
para ir contra tantas coisas...
Vou contra as idéias,
contra os fatos,
contra as pessoas,
contra os sentimentos,
contra a razão,
contra a maré.

Não tenho tamanho
para derrubar tantas coisas...
Construo sonhos,
construo ilusões,
construo consolos,
construo papéis,
construo personagens,
construo o palco.

Não tenho tamanho
para não compreender tantas coisas...
Nada sei sobre o tempo,
nada sei sobre o certo,
nada sei sobre o errado,
nada sei sobre as normas,
nada sei sobre a prisão,
nada sei sobre a verdade.

36 AMARAL, Moacir. **Hestória**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. p. 19

Não tenho tamanho
para definir tantas coisas...
Se sou corajosa, não sei
se covarde, não sei
se consciente, não sei
se humana, não sei.
Não sei de que coisas falo,
Não sei a que tamanho me refiro...³⁷

Se a herança cultural pode ser vista, ao mesmo tempo, como aquilo que estabelece para o sujeito singular uma anterioridade fundadora, a partir da qual sua própria subjetividade constrói o entendimento de si, e como aquilo que é “externo” a este sujeito, uma estrutura em relação à qual ele pode querer fazer um trabalho de diferenciação, é significativo este “não saber” que marca o sujeito da contemporaneidade.

Não admira que, no século XX, as chamadas “vanguardas literárias”, com diversos rótulos (Futurismo, Dadaísmo, Espiritonovismo etc.), tenham decretado em manifestos a morte do passado e sua substituição imediata por elas mesmas. A fúria de Marinetti contra os museus e professores é sintoma disto.

No entanto, dos vanguardistas aos modernistas, há a disseminação de propostas artísticas e de obras derivadas destas propostas que não seriam aceitas, ou seriam menos aceitas, se os próprios autores não houvessem participado de um processo de convencimento, evangelização e educação de gosto do público.

Um dos principais escritores contemporâneos de nossa literatura, Sérgio Santana, já disse que

seus livros dependem do mercado universitário. Por quê? Há mais de uma razão, certamente. No caso de Santana, há um componente específico, que diz respeito ao fato de ele praticar um tipo de produção textual que talvez poderíamos, grosso modo, chamar de experimental, para diferenciá-la dos tipos de produção que atendem com maior presteza ao gosto estabelecido sobre narrativas. Este tipo de produção depende, mais estreitamente, de um público cuja formação estética compreenda e aceite os princípios a partir dos quais a obra é criada. Na universidade, é maior a densidade deste público, até porque é maior a presença de escritores-professores, eles mesmos formadores do gosto que permite uma boa recepção de suas obras, como, entre outros, o próprio Sérgio Santana, Silviano Santiago, Dionísio Silva, Ronaldo Lima Lins, Godofredo de Oliveira Neto, Gustavo Bernardo e Flávio Carneiro, na prosa, ou Antonio Carlos Secchin, Marcos Antonio Siscar, Moacir Cirne, Affonso Romano Santanna, Haroldo de Campos, Gilberto Mendonça Teles e Joaquim Branco, na poesia.

Num passado não muito distante, Roberto Schwarz estimou nosso “mercado cultural” em cerca de 50 mil consumidores. Não vou, aqui, discutir esta estimativa, mas, isto sim, chamar a atenção para o fato de que, numa população em que, segundo o IBGE, os dez por cento mais ricos ganham R\$ 2 mil ou mais, o livro, como bem cultural, é uma mercadoria virtualmente inacessível à maioria da população. Neste quadro, a notória ausência do Estado em políticas de fomento à leitura, que necessariamente passam pelo financiamento de bibliotecas públicas ou instituições similares, condena grande parte da população a não ter contato com livros em geral e com a Literatura em particular.

37 PESSOA, Claudia. **Mansas rebeldias**. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1999. p. 47-48.

Não há como este tipo de contexto não influenciar na produção e circulação da Literatura. Quanto menor é o público comprador potencial, menor é a dimensão do mercado editorial de obras literárias e menor é a possibilidade de existência de escritores que vivam exclusivamente de sua atividade de escrita. Por isto a recorrência da imagem do escritor funcionário público, que tem um emprego para garantir a subsistência e poder produzir Literatura, englobando autores do porte de Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. Neste contexto, as instituições formadoras de gosto têm um papel especial, e os cursos de Letras como formadores de um público leitor de obras literárias podem ser destacados.

4

Outra questão relevante a ser posta em relevo sobre este mesmo tema é que, hoje, além do sistema tradicional de circulação de obras literárias, que abrangia editores e livrarias, há também o meio digital, cuja novidade já foi e é ainda saudada em muitos artigos, acadêmicos ou não, às vezes sem mencionar as ligações e pontes do novo sistema com o antigo. Nada mais justo do que ressaltar, também, estas ligações e pontes, já que o sistema de produção e circulação de textos em meio digital, até por ser muito posterior ao tradicional sistema de circulação em livros, paga tributo à tradição do livro como um objeto relevante, e muitas vezes a leitura e a produção textual no computador fazem referência, quando não reduplicam, aspectos da palavra impressa em livros. Afinal, é conveniente, quando se quer introduzir novas práticas sociais, que se levem em

conta práticas socialmente vigentes, principalmente aquelas que foram aprovadas e reconhecidas por um longo período histórico. Em outras palavras: se a circulação de textos por via eletrônica adotasse processos completamente dissociados de formas relacionadas ao livro (*codex*), correria um enorme risco de rejeição por um público que associa a idéia de texto àquelas formas.

É claro que, para o escritor contemporâneo, há contrastes relevantes com a produção textual sem computador: hoje, é possível usar corretores ortográficos eletrônicos, começar a escrever em qualquer parte do texto, desfazer o texto produzido, voltar a uma versão anterior, rearranjar ou reorganizar o que foi escrito, mudando a ordem dos parágrafos, inserindo novos segmentos ou modificando os antigos, de uma forma mais limpa e rápida do que quando era necessário fazer tudo isto no papel, com caneta ou lápis. Já ouvi de um escritor – que antes escrevia à máquina e submetia tudo à revisão de sua mulher – que ele teria escrito muito mais obras se os processadores de texto disponíveis hoje existissem antes.

Agora, além de o produtor textual ter a possibilidade de, ele próprio, processar seu texto, sem depender de tipógrafos, arte-finalistas, impressores e outros, criando um documento que tem a mesma qualidade dos publicados, ele também tem diante de si a possibilidade de distribuí-lo via rede de computadores. Em vez de visar a uma distribuição de seu texto em papel (livro, brochura, etc.) – o que significa não só um circuito de estocadores, distribuidores e vendedores, mas também um tempo maior entre a finalização do produto e a sua chegada às mãos do consumidor –, ele pode visar a uma divulgação digital – o que significa um tempo curto entre a

finalização do produto e a sua chegada às mãos do consumidor, e um circuito de máquinas, provedores e protocolos. Se chamarmos a colocação de um documento em um *site* da internet de “publicação”, a primeira consequência será constatar a diminuição radical do espaço de tempo entre a finalização do documento e a sua “publicação”, bem como a entrada deste documento em um circuito de consumo radicalmente diferente daquele do livro tradicional. Este circuito não envolve mais as tradicionais livrarias e bibliotecas (que hoje também estão mudando), mas computadores. Em vez de comprar numa livraria um volume de papel, o leitor pode ter de fazer o *download* de um texto no seu computador.

É bom lembrar, também, no que diz respeito ao nosso meio acadêmico, que há um número crescente de publicações universitárias *on line*, inclusive com a adesão de algumas revistas que antes eram publicadas somente em papel. Especialmente em áreas do conhecimento em que as mudanças são extremamente rápidas, o ganho de tempo com a publicação em meio digital pode ser relevante em curto prazo. Isto sem falar no fato de que a revista *on line* pode ser acessada em lugares onde, provavelmente, a mesma revista em papel jamais circularia. Quando a publicação, estocagem e distribuição de revistas universitárias em papel são problemáticas, isto pode significar um ganho de tempo e dinheiro em curtíssimo prazo, sem prejudicar a qualidade da publicação.

Por outro lado, em médio e longo prazo esta opção pode não ser tão vantajosa. A manutenção de um arquivo digital, que é apontada como uma “vantagem” (não precisa de espaço real), esconde o fato de que há uma indeterminação quanto à durabilidade dos arquivos magnéticos.

Não só a indústria que alimenta o meio magnético tem o hábito de transformá-lo cada vez mais, em espaços de tempo cada vez menores, como não há garantia de que, daqui a algum tempo, haja máquina para ler um arquivo magnético codificado em um programa de hoje. Em 1996, a *Commission on Preservation and Access* e o *Research Libraries Group* produziram o documento final da *Task Force on the Archiving of Digital Information*, com a conclusão a que chegou o grupo de 21 especialistas: **não há no presente nenhum meio de garantir a preservação de informação digital**³⁸. Em um documento publicado pelo *Council on Library and Information Resources*³⁹, Jeff Rothenberg diz, com todas as letras: “Ainda não há estratégia viável de longo prazo para assegurar que a informação digital seja legível no futuro.” (ROTHENBERG, 1999, p. V). Embora haja muitos projetos, hoje, direcionados para a viabilização de meios e modos melhores de preservar a informação digital, o quadro geral, que eu saiba, ainda permanece o mesmo.

Não podemos nos esquecer de que textos criados em um computador são também textos criados *por e para* um computador (através de um *software*). Assim, se computadores e *softwares* mudam rapidamente, sempre é necessário fazer

38 Cf. o prefácio a ROTHENBERG, Jerome. *Avoiding Technological Quicksands*. Washington: Council on Library and Information Resources, 1999. p. IV.

39 Sob os auspícios da *Commission on Preservation and Access* e da *Digital Libraries*. (a primeira é um programa do Council on Library and Information Resources, com o objetivo de apoiar os esforços de bibliotecas e arquivos para salvarem as partes ameaçadas de suas coleções de papel e para enfrentar os novos desafios do meio digital, enquanto a segunda é um programa do mesmo Council, com o objetivo de ajudar bibliotecas de todos os tipos e tamanhos a compreender as implicações em longo prazo da digitalização.)

alguma alteração no texto para que ele continue a ser legível, o que, por um lado, gera problemas técnicos e, por outro, gera custos. Até certo ponto, os próprios *softwares*, quando *upgraded*, podem tornar legível um texto antigo (e dez anos podem significar “MUITO ANTIGO”), mas além disto...

Não podemos, também, deixar de mencionar a precariedade da própria base material em que a informação magnética é arquivada. Nos EUA, o *National Media Lab* publicou resultados de testes para um amplo espectro de fitas, discos magnéticos, CD-ROMs e outros *media*, mostrando que uma fita, disco ou mesmo CD selecionado ao acaso (isto é, sem avaliação prévia de marca ou série) dificilmente terá uma vida útil de sequer cinco anos. (Rothenberg, 1999, p. 7)

Neste quadro, é preciso lembrar que o livro, com seu suporte de papel, ainda é um objeto de grande funcionalidade. Se a substituição de determinado artefato cultural por outro geralmente ocorre quando este outro pode perfazer todas as funções do anterior, com vantagem, então podemos dizer que isto não ocorreu, pois o livro, entre outras coisas, não tem necessidade de eletricidade ou de *upgrading*, e o leitor pode acessá-lo sem a mediação de uma máquina. Isto não significa, contudo, que a posição do livro (e de sua leitura) permaneça a mesma neste novo contexto cibernético.

É interessante, também, ressaltar que a tecnologia cibernética tornou mais fácil a edição de livros, possibilitando produzi-los mais rapidamente e a um custo menor, bem como divulgá-los e vendê-los de uma forma como não seria possível nas livrarias convencionais. Nenhuma livraria poderia ter milhões de títulos a oferecer ao consumidor, como a “livraria virtual”, embora na “livraria virtual” o leitor não possa

manipular livremente o livro, para verificar se este realmente interessa ou não.

No que diz respeito à nossa área de conhecimento, parece difícil negar que pelo menos uma certa imagem de literatura, vigente, no mínimo, desde o século XVIII, associa a identidade do que chamamos *literatura* à forma de livro. Contudo, se considerarmos que parte do que chamamos *literatura* no Ocidente, originalmente não tinha a forma de livro (por exemplo, as literaturas clássicas grega e latina), o quadro pode ficar diferente.

O que fica claro, quando comparamos o livro às formas anteriores a ele (como o rolo de pele de animais) e também às posteriores (como os arquivos eletrônicos), é que o livro também é uma tecnologia. Desde o rolo até o arquivo eletrônico, o que temos são técnicas diferentes de processamento de texto, que se transformam em causa e/ou consequência de práticas de leitura e escrita. Certamente arquivos eletrônicos implicam uma forma diferente de produzir e reproduzir textos, de colocá-los em circulação e lê-los, bem como um público potencial diferente. No entanto, do rolo ao arquivo eletrônico, em última análise, temos textos.

Assim, se me perguntassem “O seu ramo de atividade, como professor de Letras, é dependente ou derivado do livro?”, a minha resposta à questão formulada seria que o meu “ramo” é o texto, não importa o suporte em que ele se apresente (rolo, livro, arquivo eletrônico etc.).

Isto não significa, entretanto, que parto do princípio de que um texto em um banco de dados eletrônico é a mesma coisa que um texto em livro. Muito menos significa presumir que as formas de produção e circulação de textos eletrônicos e de papel sejam as mesmas.

Para terminar, cabe lembrar que os meios eletrônicos e a tecnologia que os sustenta também estão em constante transformação, razão pela qual é prudente evitar afirmações definitivas. No entanto, se é problemático escrever acerca dos efeitos de *hardware* ou *software* sobre a leitura e a escrita, por causa do grande número de variáveis permanentemente em mudança, talvez isto seja um motivo a mais para que se desenvolvam reflexões sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Moacir. **Hestória**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.

CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? **Revista Remate de Males**, Departamento de Teoria Literária, IEL/UNICAMP, Campinas, 1999, p. 105- 113.

GUIZOT, François. **Memoirs to illustrate the history of my time**. London, R. Bentley, 1858-67. 8 v. 23 cm.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças; sobre a nova servidão na sociedade ultra-liberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2005.

GUMBRECHT, Hans Ulrich & SCHNAPP, Jeffrey. Preface to “Kinder- und Hausmärchen gesammelt durch die Brüder Grimm” (1819). In: R. Howard Bloch/Stephen G. Nichols (eds.): **Medievalism and the modernist temper**. Baltimore, The Johns Hopkins UP, 1996. p. 481-492.

JOBIM, José Luís. **A poética do fundamento – ensaios de teoria e história da literatura**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996.

MILLER, David. **Citizenship and national identity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

PESSOA, Claudia. **Mansas rebeldias**. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1999.

ROTHENBERG, Jerome. **Avoiding technological quicksands**. Washington: Council on Library and Information Resources, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**. Rio de Janeiro-Niterói: EDUERJ/EDUFF, 1999.